

¿Por qué no te callas?

O mapa geopolítico da América Latina e a crise da hegemonia norte-americana

*Jose Carlos Freire¹
Jaime Amparo-Alves²
ILASA 2009*

¿Por qué no te callas? Assim o rei da Espanha, Juan Carlos I, replicou ao presidente da Venezuela Hugo Chaves quando da sua 'impertinente' crítica à política exterior da Espanha, na Cúpula Ibero-Americana no Chile, no dia 10 de novembro de 2007. Talvez o atrito passasse despercebido, não fosse o lugar histórico da América Latina e dos seus dirigentes em relação à Europa e aos Estados Unidos. É nesse contexto que este artigo procura analisar a configuração do mapa geopolítico da América Latina, tendo como ponto de partida a constituição, nos últimos cinco anos, de um bloco de governos não-alinhados, ou pelo menos resistentes, à política externa norte-americana e às políticas neoliberais do Consenso de Washington para o continente.

O presente trabalho está organizado da seguinte maneira: primeiro apresentamos o contexto no qual as políticas neoliberais para o continente latino-americano têm tido efeito devastador na vida dos povos ao sul do Rio Grande. Em seguida, ensaiamos uma reflexão do pensamento político de Antonio Gramsci, fazendo uso de conceitos como hegemonia, bloco histórico e nacional-popular a fim de responder as seguintes questões: que tipo de alternativas, se alguma, a nova esquerda da América Latina (Morales, Chaves, Correa, Ortega, Lula e Lugo) apresenta ao modelo hegemônico neoliberal? Como, e em que sentido, os povos latinoamericanos reescrevem a história de um continente marcado pela pilhagem colonial e a violenta apropriação do Estado Latino-Americano pelo capital internacional? Na reconfiguração de poder regional, como entender o *socialismo do século XXI*³ de Chaves, o alinhamento de Alvaro Uribe, ou o pragmatismo

¹ José Carlos Freire é mestrando em filosofia pelas Faculdade de São Bento/ São Paulo-Brasil

² Jaime Amparo-Alves é doctorando em antropologia social pela Universidade do Texas, em Austin.

³ A expressão "socialismo do século XXI" vem sendo propagada nos últimos quatro anos pelo teórico alemão radicado no México, Heinz Dieterich, conselheiro do Governo de Hugo Chaves, na Venezuela. Os principais aspectos do "socialismo do século XXI" são a substituição da economia de mercado pela economia de valor democraticamente planejada; o Estado classista por uma

político de Lula? E, mais importante, será possível aos movimentos sociais e partidos de esquerda da AL transcender o corporativismo e representar de fato um projeto nacional-popular? Finalmente, concluímos sugerindo que a crise do capitalismo mundial representa momento oportuno para uma reconfiguração estrutural nas relações de poder intra e supranacionais.

A América Latina para os latino-americanos

A América Latina passa por uma drástica reinterpretação da Doutrina Monroe. Se antes o lema era “A América para os Americanos” – e americanos aqui convenientemente significa apenas quem nasce nos EUA -, os povos latino-americanos criativamente re-imaginam os espaços da política e subvertem as políticas tradicionais do “big stick” ou do Consenso de Washington que devastaram o continente nos últimos 50 anos. Se a política do *big stick* marcou o continente no período da Guerra Fria, o Consenso de Washington impôs uma onda neoliberal de violentos cortes sociais, privatização dos serviços públicos, flexibilização das relações de trabalho e criminalização dos movimentos sociais. Como consequência direta, o aumento da violência é associado, sem a devida problematização, à pobreza, o que ocasiona a repressão policial e de milícias paramilitares às populações de baixa renda e de extrema pobreza, tidas estas como um problema e não como fruto de um problema anterior.

As promessas dos Programas de Ajuste Estrutural (*Structural Adjustment Programs*) impostos por instituições como o Fundo Monetário Internacional (IMF), e o Banco Mundial (*World Bank*) não se concretizaram. Pelo contrário, as medidas tomadas por governos subservientes ao capital internacional aprofundaram o endividamento externo da região e jogaram na miséria milhares de latino-americanos. No começo da década atual, a região despontava como uma das mais pobres do mundo: estimativas do próprio Banco Mundial davam conta de que a região possuía cerca de 220 milhões de pessoas vivendo na pobreza, quase metade da população total (ver Cepal, 2002).

administração de assuntos públicos a serviço das maiorias; e a democracia plutocrática pela democracia direta (Dieterich, 2005).

Em 2007 houve uma redução na pobreza, mas o número continua desafiando o receituário de Washington. O relatório *Panorama Social 2007 da América Latina*, preparado pela Divisão de Desenvolvimento Social e Divisão de Estatística e Projeções Econômicas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) revelou que em 2007 a região possuía 36,5% da população da região em situação de pobreza; e 13,4% na situação de extrema pobreza ou indigência. No total, são 194 milhões de pessoas pobres, das quais 71 milhões são indigentes. Ainda segundo a Cepal, os países latinos precisariam crescer a uma taxa anual de 2,7% para que alcancem as Metas do Milênio de redução da pobreza proposta pela ONU para 2015. No entanto, a estimativa é que a economia da região continue sofrendo retrações haja vista a crise financeira global⁴.

Nesse contexto de produção de pobreza e de mortes, a política neoliberal para o continente tem sido sistematicamente desafiada, se não por todos os governos, pelo menos pela maioria da população. Das favelas cariocas aos *assientamientos* da periferia da Cidade de Manágua, ou aos *pueblos jóvenes* na periferia de Lima, milhares de pessoas, organizadas em movimentos sociais diversos, têm desafiado as elites tradicionais. É neste cenário que se insere a chegada ao poder de líderes populares, com discursos e ações marcadamente de esquerda: Morales na Venezuela, Correa no Equador, Ortega na Nicarágua, Lula no Brasil, Chaves na Venezuela, Bachelet no Chile, Kirchner na Argentina, Fernando Lugo no Paraguai⁵.

Talvez o ponto de ruptura possa ser localizado aqui como o dia 17 de outubro de 2003 quando os Bolivianos obrigaram o presidente Gonzalo Sánchez de Lozada a renunciar ao seu cargo. Após uma série de confrontos entre movimentos sociais e as Forças Armadas do país, o qual deixou um saldo de mais de vinte mortos, Lozada fugiu para Washington. Conhecido como “Goñi”, Lozada foi o gestor da política econômica neoliberal na Bolívia dos anos 90 e introduziu no país as terapias de choque (*shock therapy*), sob o pretexto de tirar a Bolívia da hiper-inflação.

⁴ Segundo dados da CEPAL, o crescimento real da economia latino-americana previsto para 2009 será de 1,9%. Brasil e México, por exemplo, as duas maiores economias regionais têm crescimento previsto de 2,1% e 0,5%, respectivamente.

⁵ Tomamos a definição de “esquerda” em sentido genérico, como posição política anti-capitalista. Para um aprofundamento da diáde esquerda/direita, ver Bóbbio (1995).

Desde então, as manifestações populares pró-governos de esquerda – ou pelo menos de centro-esquerda – não pararam, mesmo naqueles países historicamente alinhados aos EUA como Costa Rica, Colômbia e México.

Em certa medida, é possível falar de uma nova esquerda latino-americana ou mesmo de um alinhamento à esquerda de um bloco de países, em virtude da posição de seus líderes. Cabe aprofundar de que modo este “bloco” pode se apresentar como alternativa à hegemonia estadunidense no continente. Para isso torna-se necessário analisar os reais avanços sociais logrados sob tais governos nos últimos anos, já que a pobreza e a miséria persistem de modo gritante na América Latina, cenário que tende a piorar com a atual crise do capital.

A relevância de Gramsci para entender nosso tempo

No contexto de reconfiguração de poder regional na AL, talvez Gramsci diria que “a crise consiste exatamente no fato de que o velho está morrendo, mas o novo ainda não pode nascer” (Gramsci, 2003, p. 276). Uma das principais preocupações de Gramsci foi a garantia de continuidade do projeto revolucionário. Para isso, segundo ele, o desafio de uma classe que queira estabelecer o seu projeto como o mais apropriado à sociedade, deveria não apenas conquistar hegemonia, mas também, e principalmente, mantê-la. E mais: para manter hegemonia, a classe dirigente deveria também manter o domínio dos meios de produção (Gramsci, 2003, p.161).

Para Gramsci, a hegemonia de uma determinada classe realiza-se no âmbito da sociedade civil, entendida como conjunto de organismos, ocupando da mesma forma que a “sociedade política” (o Estado) o plano superestrutural da sociedade (Gramsci, 2006, p.20-21).

A ideologia das classes ou da classe dominante chega às classes subalternas por vários canais, o que Gramsci chamou de “conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’” (a escola, a religião, o serviço militar e os meios de comunicação e arte como o cinema e o rádio). Dessa forma, a hegemonia se apresenta como “capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe” (Gruppi, 2000, p.70)

A práxis das classes subalternas aparece, pois, como luta contra-hegemônica, como possibilidade de organização da consciência das classes subalternas. Para Gramsci, tal perspectiva “só pode apresentar-se, inicialmente, em uma atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente” (Gramsci, 1966, p.12).

Em certa medida, a chegada ao poder, na AL, de governos populares de esquerda tem sido mais fruto do que Gramsci chamaria de ‘revolução passiva’, nas quais uma classe (ou um governo) acolhe uma certa parte das exigências que vêm das camadas populares (Gramsci, 2006, p.393). Queremos dizer com isso que as mudanças ocorridas na estrutura político-econômica da sociedade, sobretudo no caso das políticas sociais de minimização da miséria, foram feitas a partir de um centro de poder estatal sem a participação do povo. É o que tem acontecido, em certa medida, no Brasil com o governo Lula, onde a opção política por governar dentro dos marcos ditados pelo capital internacional tem caracterizado um governo do povo sem o povo.

Nesse sentido, não houve a consolidação de um projeto contra-hegemônico, ou, nos termos de Gramsci, não há uma liderança intelectual e moral (um partido político) capaz de liderar um processo hegemônico. Embora, no caso brasileiro, o Partido dos Trabalhadores (PT) tenha aglutinado nos anos 80 e 90 uma série de movimentos sociais e populares de esquerda, sua caminhada recente aponta para um deslocamento vertiginoso à direita, constituindo-se como uma mediação entre os interesses capitalistas e as classes populares. Em outras palavras, o PT mostra-se hoje muito mais um partido a serviço do capital do que “dos trabalhadores”⁶.

Em que pesem as contradições inerentes à própria natureza do Estado, Bolívia e Venezuela, ao nosso ver, apresentam bases mais populares nas mudanças empreendidas por Morales e Chaves e são os modelos que mais se aproximam do referencial teórico gramsciano. Aqui, o conceito de bloco histórico, em Gramsci, é particularmente importante. Entendido como a articulação de blocos políticos em um sistema de equilíbrio que permite às classes sociais

⁶ Nota-se, na esquerda brasileira, uma grande insatisfação quanto ao PT e suas alianças eleitorais, da mesma forma que se mostram preocupantes as “amplas bases” eleitorais de Correa no Equador e Ortega na Nicarágua. Crê-se, no caso brasileiro, que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) pode se configurar como nova liderança intelectual e moral, no entanto, sua história se associa diretamente à do próprio PT, o que implica a urgência de uma definição de posição e de estratégias do Movimento.

desenvolverem um projeto comum a configuração de novo bloco histórico é o resultado da crise de hegemonia (ver Bocayuva e Veiga, 1992).

O bloco histórico é o período em que as condições materiais somadas às determinações ideológicas (Gramsci, 2006, p.238) favorecem a certo projeto político, seja de transformação, seja de conservação.

Para o propósito deste artigo, sugerimos que na Bolívia de Morales, a crise da hegemonia neoliberal passa para sua fase seguinte, a saber, a do embate político, ou se desejarmos, a “guerra de posição” (Gramsci, 2006, p.24) pela configuração de um novo bloco histórico.

Insistimos propositalmente no exemplo da Bolívia porque talvez ali, mais que em qualquer outro país latino-americano a crise de hegemonia neoliberal tenha chegado ao seu ponto central, colocando em crise as bases do Estado boliviano. Na Bolívia, de modo exemplar, configura-se um novo Estado, a saber, uma ampliação do poder Estatal para além do governo, o que Gramsci chamou de “sociedade política”. Incorpora-se, de modo gradativo, a participação da sociedade civil (movimentos, povos indígenas, associações), a tal ponto de ser aprovar uma nova constituição para o país.

Nesse sentido, segundo Vianna, as classes subalternas “não só podem neutralizar ou remarcar o sentido funcional de certas instituições, antes aparatos ideológicos do Estado”, mas também “criar novas instituições que sejam instrumentos para a elaboração da sua hegemonia, ao mesmo tempo em que situam e isolam o aparelho estatal, tornando viável sua apropriação” (Vianna, 2000, p.XIV).

Devido às exigências de um processo de mudança na AL, acreditamos ser importante pensá-la de modo integral, agregando as especificidades de cada país num projeto amplo, a fim de se forjar um novo bloco histórico⁷. Nesta perspectiva, o caso da Bolívia nos permite fazer algumas generalizações para o contexto latino-americano. Para isso, cabe o uso do conceito gramsciano de nacional-popular (Gramsci, 2002, p.179).

Oriundo da reflexão sobre a cultura italiana, o nacional-popular é para Gramsci a literatura que satisfaz o gosto estético não só de elites restritas mas do

⁷ Cabe aqui uma observação. Na teorização do chamado “socialismo do século XXI” na Venezuela, Deiterich aponta seis tarefas, entre as quais fulgura “Construção do Bloco Regional de Poder” (Deiterich, 2007).

maior número de leitores, operando uma mediação entre as exigências de leitura mais qualificada e as demandas das camadas subalternas.

Aplicado ao ambiente político mais geral, o nacional-popular seria o projeto que vá além dos interesses da classe dominante, integrando os anseios das classes subalternas. O nacional-popular é o projeto político que torna o projeto das classes populares hegemônico em toda a sociedade.

Há ainda um outro aspecto interessante. Para Gramsci, a literatura nacional-popular precisa superar dois vícios: o provincianismo estreito, que limita tudo à nação (a base dos nacionalismos de direita típicos do século XX) e também o cosmopolitismo, ou seja, a atitude do literato que se sente alheio às contingências práticas da sua gente e do seu país (Spinazzola, s/d).

À luz do conceito gramsciano de nacional-popular, as experiências como a da Bolívia precisam realizar dois movimentos. No primeiro, interno, devem se expressar cada vez mais como projeto nacional e popular, não apenas de líderes ou partidos. Será problemático se líderes como Correa, Morales e Chávez se constituírem como salvadores dos seus países, ou como promotores iluminados do socialismo⁸.

No segundo movimento, externo, cabe superar o provincianismo de cada país, na compreensão de uma América Latina em seu conjunto. Porém, sem cair no cosmopolitismo: as “Américas” não formam um conjunto, a AL está em jogo de força com os EUA e isso não pode ser flexibilizado, como querem os governos alinhados, como Uribe na Colômbia.

A AL deverá criar um bloco histórico supra-nacional que contraponha as ambições imperialistas dos Estados Unidos para o continente. Deverão os grupos historicamente excluídos no continente ser capazes de assumir seu papel histórico, aliando-se aos governos atuais e os forçando cada vez mais a um projeto popular intra e supranacional.

⁸ Cabe, nesse sentido, a crítica de grupos mais radicais de esquerda a esses governos, que fazem discursos mais fervorosos em momentos festivos e de massa, como no Fórum Social Mundial, mas no cotidiano admitem a continuidade do modelo capitalista em suas economias. No caso da Bolívia, as forças tradicionais das provinciais mais ricas do país (Santa Cruz e Sucre por exemplo), põem em xeque a viabilidade mesma do Estado boliviano; na Venezuela, a hegemonia do projeto de Chávez tem se sustentado em um precário balanço de forças que põe em constante alerta o aparelho estatal; Correa, no Equador, é acusado de ignorar direitos fundamentais dos povos indígenas; Lugo, no Paraguai, coloca as forças militares para reprimir camponeses pobres em manifestações (Ver Choma, 2009).

Na esteira do pensamento de Gramsci, para conseguir hegemonia uma classe precisa transcender a fase corporativista e levar em conta os interesses políticos dos outros grupos. Nesse sentido, cabe às classes populares (e não somente aos líderes) de países como Bolívia, Venezuela e Equador construir o consenso em torno de um projeto socialista, de tal forma que se contraponha ao projeto das classes tradicionais locais, aliadas aos interesses dos Estados Unidos.

Daí a importância de Gramsci ainda hoje: para manter sua hegemonia, a esquerda precisa criar o seu sistema ideológico próprio; se quiser ser hegemônico, o povo precisa criar seus próprios intelectuais orgânicos, isto é, criar sua liderança intelectual e moral. Se os intelectuais tradicionais exercem um papel de justificativa da hegemonia das classes dominantes, da mesma forma, é possível compreender o papel dos *intelectuais orgânicos*, isto é, os intelectuais que representam os interesses das classes subalternas, como força contra-hegemônica (Gramsci, 2006, p,53).

Em suma, o desafio de construção de um novo bloco histórico na AL não deve se restringir aos líderes de alguns países, por mais que sejam importantes neste momento, mas deve ser ampliado aos setores da sociedade civil, onde os movimentos sociais ganham força de intelectuais coletivos⁹.

Temos guardado um silêncio bastante parecido com a estupidez...

A frase acima sela o final do livro de Eduardo Galeano, *As Veias Abertas da América Latina*. A resposta do rei da Espanha Juan Carlos I às críticas impertinentes de Hugo Chaves à participação da Espanha na guerra do Iraque expressa o desconforto contemporâneo com a quebra do silêncio que Galeano tão eloquentemente denunciava em sua obra. Seria bem produtivo lermos o *¿Por qué no te callas?* do rei Juan como uma mensagem ao continente no momento em que a soberania sobre os recursos naturais, a redefinição dos investimentos estrangeiros e da própria democracia representativa ganham a agenda continental.

⁹ Vale ressaltar que a dependência de figuras carismáticas como símbolo da luta revolucionária (Chaves, Morales, Lula, Ortega) sugere mais um cesarismo, não na concepção empregada por Gramsci para referir-se ao partido, mas ao personalismo.

Ocupados em duas guerras sujas no Oriente Médio (Afeganistão e Iraque), os Estados Unidos da Era Bush não se deram conta do movimento histórico ironicamente propiciado pelas tecnologias de terror neoliberal. Os sujeitos coletivos que agora participam ativamente da vida política no continente são os filhos e filhas de um legado de pilhagem que acontece desde o ‘descobrimento’.

As intervenções estadunidenses no continente tanto por meio das instituições financeiras baseadas em Washington (FMI, Banco Mundial) quanto por meio do seu poderio militar (haja vista as incontáveis participações em regimes ditatoriais no Chile, Brasil, Argentina, Nicarágua para nomear alguns) dispensam comentários aqui.

É na corrente crise orgânica no capitalismo global e no declínio político-econômico dos Estados Unidos que a nova conjuntura circunstancial e histórica, em que se enfraquece a influência norte-americana ao sul do Rio Grande, deve ser entendida e analisada. A crise de hegemonia norte americana pode se transformar em crise revolucionária, isto é, abrir as portas para um novo projeto político já em gestação em vários países. Agora, os olhos do mundo se voltam para o novo presidente estadunidense: que papel Obama exercerá em um contexto em que os Estados Unidos perdem autoridade moral, política e econômica em uma região vital para os interesses do seu país?

As projeções otimistas: talvez o novo presidente possa começar de fato a reconhecer a soberania dos povos latino-americanos¹⁰. Em um campo mais realista, diríamos que Obama não representa mudança estrutural nas relações de poder porque a sobrevivência própria dos Estados Unidos como nação que se quer imperial requer uma política externa “agressiva”.

No entanto, tal visão pode esconder o fato de que é real e é concreto um quadro novo nas Américas: temos figuras até então subalternizadas na chefia de países importantes: indígena (Bolívia), operário e nordestino (Brasil), mulher (Chile e Argentina) e negro (EUA).

Vale refletir, então, o que houve nos últimos anos que possibilitou esse quadro, ou melhor, que o forjou. E, também, de forma correlata, porque subjaz a tal

¹⁰ Alguns passos práticos são o fechamento da Escola das Américas encarregada de capacitação militar aos exércitos e polícias dos países de AL, e que na prática funciona como exportação do modelo de repressão popular; descriminalização da coca e dos cocaleiros; quebra de barreiras protecionistas que inviabilizam as exportações dos países pobres; não interferência nos processos eleitorais; reconhecimento da soberania e suspensão do bloqueio comercial de Cuba; fechamento das bases militares e desativação da IV Frota Naval dos EUA na região.

contexto, uma possibilidade de vir a ser, uma "brecha histórica", um intervalo na hegemonia capitalista. Em outras palavras, cabe refletir o que podemos construir, nas limitações das mesmas condições históricas que forjaram tal quadro.

A emergência de líderes políticos advindos de grupos historicamente discriminados (afro-latinos e indígenas) se não significa, como vimos, a solução dos problemas da AL e nem a implantação de cima para baixo de um tipo de socialismo, representa, por outro lado, a utopia possível de uma democracia a partir de baixo.

Concluimos, pois, pela certeza de que o momento histórico é rico, pelos vários fatores que se apresentam. Cabe às classes populares da AL, negros, índios, camponeses e trabalhadores em geral forjarem um novo bloco histórico, um novo projeto político que faça uso do carisma de alguns líderes que se colocam em posição antiestadunidense. O chamado "socialismo do século XXI" só terá sucesso se for feito de fato pelo povo latino-americano.

Referências Bibliográficas

BOBBIO, Norberto. (1995). **Direita e esquerda**. Unesp, São Paulo.

BOCAYUVA, Pedro & VEIGA, Sandra. (1992). **Novo Vocabulário Político: Hegemonia e Pluralismo**. Vozes, Petrópolis.

CEPAL. **Globalización y desarrollo**. 2002. Disponível em:
<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/6/10026/Globa-c0.pdf>

CEPAL. (2007). **Panorama Social de América Latina 2007**. Disponível em:
<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/5/30305/P30305.xml&xsl=/dds/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl>

CEPAL. (2008). Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2008. Disponível em: <http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/5/34845/P34845.xml&xsl=/de/tpl/p9f.xsl&base=/de/tpl/top-bottom.xsl>

CHOMA, Jeferson. (2009). **Cinco presidentes e um segredo**. Disponível em:
http://www.pstu.org.br/campanha_fsm2009_materia.asp?id=9652&ida=2 Acesso: 31/01/2009

DIETERICH, Heinz. **La Revolución Bolivariana y el Socialismo del Siglo XXI**. 2005. Versão em português: <http://br.geocities.com/hfmlacerda/softwarelivre/socialismo-XXI-revolucao.html>. Acesso em 31/01/2009.

GRAMSCI, Antonio. (2003 [1978]). *Selections from the Prison Notebook*. New York: International Publishers.

GRAMSCI, Antonio. (1966). **Concepção dialética da história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

_____. (2002). **Cadernos do Cárcere. Vol. 6. Literatura. Folclore. Gramática**. Trad. Luiz Sérgio Henriques e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2006). **Cadernos do Cárcere. Vol 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2006). **Cadernos do Cárcere. Vol 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,.

_____. (2007). **Cadernos do Cárcere. Vol 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política**. Trad. Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GRUPPI, Luciano. (2000). **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal.

SPINAZZOLA, Vittorio. (2009). **Nacional-popular**. S/d. Disponível em: <http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=655> . Acesso: 31/01/2009.

VIANNA, Luiz Werneck. (2000). *A propósito de uma apresentação*. In: GRUPPI, Luciano. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal.